secção/gabinete S. O. Recursos Humanos

AVISO

eferência interna
7229 /2021

Concurso externo de ingresso para um (1) posto de trabalho na carreira de Técnico de Informática, categoria de grau 1, nível 1

Bibliografia ou Legislação de consulta para as Provas de Conhecimento Escrita

Torna-se pública, a bibliografia/legislação, necessárias á preparação para as Provas de Conhecimento Escrita, de realização individual, com consulta da legislação (a qual não poderá conter qualquer anotação).
Legislação e Temáticas
1 – Conhecimentos gerais:
Princípios éticos/carta ética da Administração Pública;
Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas – Lei n.º 35/2014, de 20 de junho;
Regime jurídico das Autarquias Locais – Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e respetivas alterações;
Lei n.º 66-B/2007, de dezembro – Sistema integrado de Gestão e avaliação do desempenho na Administração Pública (SIADAP);
Código do procedimento administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º4/2015, de 7 de janeiro, na sua atual redação;
2 – Conhecimentos específicos:
Legislação e temáticas:
Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016, relativo à proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais e à livre circulação desses dados (regulamento geral sobre proteção de dados);
Lei n.º41/2004 de 18 de agosto – Transpõe para a ordem jurídica nacional a Diretiva n.º2002/58/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 12 de julho, relativa ao tratamento de dados pessoais e á proteção da privacidade no sector das comunicações eletrónicas;
Lei n.º109/2009, de 15 de setembro – Aprova a Lei do Cibercrime, transpondo para a ordem jurídica interna a decisão quadro n.º2005/222/JAI, do conselho, de 24 de fevereiro, relativa a ataques contra sistemas de informação, e adapta o direito interno á Convenção sobre Cibercrime do Conselho da Europa;
Resolução do Conselho de Ministros n.º155/2007, de 2 de outubro – Estabelece as orientações relativas à acessibilidade pelos cidadãos com necessidades especiais aos sítios da Internet do Governo e dos serviços e organismos públicos da administração central;
Decreto-Lei n.º62/2003, de 03 de abril – Altera o Decreto-Lei n.º290-D/99, de 02 de agosto, que aprova o regime jurídico dos documentos eletrónicos e da assinatura digital;
Decreto-Lei n.º107/2012, de 18 de maio, com a redação dada pela Lei n.º83-C/2013, de 31 de dezembro – Regula o dever de informação e a emissão de parecer prévio relativos á aquisição de bens e á prestação de serviços no domínio das tecnologias de informação e comunicação;
Resolução do Conselho de Ministros n.º12/2012, de 07 fevereiro – Aprova as linhas gerais do plano global estratégico de racionalização e redução de custos com as TIC na Administração Pública,
Resolução do Conselho de Ministros n.º41/2018, de 28 março – Define orientações técnicas para a Administração Pública em matéria de arquitetura de segurança das redes e sistemas de informação relativos a dados pessoais.
Regulamento 600/2019,2019-07-29 – DRE (Regulamento do Fablab de Porto de Mós)
Conceitos de Segurança Informática, WIFI, Sistemas Operativos, Sistemas de Informação, Fablabs.

Paços do Concelho de Porto de Mós, 14 de maio de 2021

O Presidente do Júri

VÍTOR NUNO FRAZÃO CORREIA

Digitally signed by VÍTOR NUNO FRAZÃO CORREIA
Date: 2021.05.19 12:10:36 +01:00

Paços do Concelho • Praça da República • 2484-001 Porto de Mós 244 499 600 geral@municipio-portodemos.pt www.municipio-portodemos.pt